Os Labirintos do Signo: Semiótica e Abdução em ‘O Nome da Rosa’ de Umberto Eco

The Labyrinths of the Sign: Semiotics and Abduction in Umberto Eco’s ‘The Name of the Rose’

Abdoral Tavares de Lira

Resumo: Este estudo investiga a intrínseca relação entre a semiótica de Umberto Eco e a construção narrativa de “O Nome da Rosa”, com especial atenção ao papel da abdução como processo cognitivo e interpretativo central. Busca-se demonstrar como a trama do romance reflete a complexidade do universo sógnico e dos processos de interpretação, servindo como um espelho das teorias do autor e um campo fértil para a experimentação de suas ideias. O estudo discute a representação dos signos na abadia medieval, aprofundando-se na funcionalidade da biblioteca como um sistema semiótico complexo, na aplicação da abdução pelo astuto personagem Guilherme de Baskerville na interpretação de vestígios e na reconstrução dos eventos misteriosos, e, por fim, na centralidade da interpretação dos signos para a compreensão das tensões filosóficas e religiosas que permeiam o enredo. A metodologia empregada envolve uma pesquisa bibliográfica aprofundada nos principais conceitos da teoria semiótica de Umberto Eco, seguida de uma análise textual minuciosa de “O Nome da Rosa”, a fim de identificar e discutir as passagens que exemplificam a aplicação de tais conceitos. Conclui-se que a obra não apenas aplica, mas exemplifica magistralmente os conceitos semióticos de Eco, reforçando sua relevância duradoura como um romancista brilhante e um pensador perspicaz sobre a natureza do significado e da interpretação.

Palavras-chave: Umberto Eco; semiótica; abdução; O Nome da Rosa; Teoria da Interpretação; romance histórico; raciocínio detetivesco.

Abstract: This article investigates the intrinsic relationship between Umberto Eco’s semiotics and the narrative construction of “The Name of the Rose,” with particular attention to the role of abduction as a central cognitive and interpretative process. It aims to demonstrate how the novel’s intricate plot reflects the complexity of the semiotic universe and the processes of interpretation, serving as a profound mirror of the author’s theories and a fertile ground for experimenting with his ideas. The study discusses the representation of signs within the medieval abbey, delving into the functionality of the library as a complex semiotic system, the application of abduction by the astute character William of Baskerville in interpreting traces and reconstructing mysterious events, and finally, the centrality of sign interpretation for understanding the philosophical and religious tensions permeating the narrative. The methodology employed involves in-depth bibliographic research on Umberto Eco’s key semiotic concepts, followed by a meticulous textual analysis of “The Name of the Rose” to identify and discuss passages that exemplify the application of these concepts. It concludes that the work not only applies but masterfully exemplifies Eco’s semiotic concepts, reinforcing his enduring relevance as a brilliant novelist and a keen thinker on the nature of meaning and interpretation.

Keywords: Umberto Eco; semiotics; abduction; The Name of the Rose; Theory of Interpretation; historical novel; detective reasoning.

INTRODUÇÃO

Umberto Eco (1932-2016) notabilizou-se como um dos mais proeminentes intelectuais do século XX, cuja vasta produção abrange desde ensaios semióticos e filosóficos até obras de ficção que desafiam os limites da narrativa tradicional. Sua erudição e capacidade de transitar entre a alta teoria e a cultura de massa o consolidaram como uma figura ímpar no cenário intelectual global. Dentre suas criações literárias, “O Nome da Rosa” (1980) emerge não apenas como um tour de force que cativa o leitor com uma instigante trama ambientada na Idade Média, mas também como um verdadeiro laboratório para a experimentação e aplicação de suas concepções teóricas. A obra, que transita com maestria entre os gêneros de romance histórico, filosófico e policial, tornou-se um marco na literatura mundial, convidando a múltiplas camadas de leitura e gerando um impacto cultural e acadêmico sem precedentes, tanto no campo da literatura quanto nos estudos semióticos. O sucesso do romance, inclusive com sua adaptação cinematográfica, atesta a habilidade de Eco em tornar acessíveis e fascinantes questões complexas sobre conhecimento, fé e verdade.

Este estudo propõe-se a investigar como a semiótica de Umberto Eco se manifesta e estrutura a narrativa de “O Nome da Rosa”, com especial atenção ao papel da abdução como processo cognitivo e interpretativo central na resolução dos mistérios que assolam a abadia beneditina. A complexidade do enredo, com seus crimes aparentemente inexplicáveis e a atmosfera opressora de uma biblioteca labiríntica, não é meramente um pano de fundo, mas uma representação alegórica do próprio universo sógnico que Eco tanto explorou em sua teoria. Pretende-se demonstrar que a própria trama, com seus labirintos e enigmas, reflete a complexidade do universo sógnico e dos processos de interpretação, característicos do pensamento de Eco. A obra serve, assim, como um espelho das teorias do autor, onde cada pista, cada personagem e cada ambiente são elementos de um sistema sógnico intrincado, demandando uma leitura ativa e interpretativa por parte do leitor e, dentro da diegese, dos próprios protagonistas. A relevância desta pesquisa reside em desvendar como Eco, através de sua ficção, não só popularizou conceitos semióticos complexos, mas os encarnou em uma narrativa que é, em si, um ensaio sobre a natureza do signo e da interpretação.

O objetivo geral deste trabalho é analisar a imbricação entre os princípios da semiótica ecoana e a construção narrativa de “O Nome da Rosa”, evidenciando como o romance não apenas aplica, mas também exemplifica conceitos semióticos fundamentais. Para tanto, buscam-se os seguintes objetivos específicos: discutir a representação dos signos e seus modos de funcionamento no contexto da abadia, com ênfase na biblioteca como um sistema semiótico complexo e central para a trama; explorar a aplicação do conceito de abdução pelo perspicaz personagem Guilherme de Baskerville na interpretação de vestígios e na reconstrução dos eventos, analisando suas estratégias de raciocínio; e, por fim, refletir sobre como a interpretação dos signos e a busca pela verdade se tornam elementos centrais para a compreensão das tensões filosóficas, religiosas e ideológicas presentes no romance, especialmente no que tange aos limites da interpretação e à superinterpretação.

Para o desenvolvimento deste estudo, será empreendida uma pesquisa bibliográfica aprofundada nos principais conceitos da teoria semiótica de Umberto Eco, notadamente aqueles concernentes à inferência abducional, à noção de “enciclopédia” e aos limites da interpretação. Aprofundaremos também o contexto da semiótica interpretativa de Eco, distinguindo-a de outras abordagens. Em paralelo, será realizada uma análise textual minuciosa de “O Nome da Rosa”, a fim de identificar e discutir as passagens que exemplificam a aplicação desses conceitos no desenvolvimento da trama e dos personagens, com foco em cenas e diálogos chave que ilustram as dinâmicas sógnicas e abduativas.

O presente estudo está estruturado em três seções principais, além da introdução e das considerações finais. Inicialmente, serão abordados os fundamentos teóricos da semiótica de Umberto Eco, com foco nos conceitos essenciais para a presente análise, como o signo, a enciclopédia, os limites da interpretação e, crucialmente, a abdução. Em seguida, proceder-se-á à análise propriamente dita, aplicando-se tais conceitos a passagens selecionadas de “O Nome da Rosa”, explorando a abadia e a biblioteca como sistemas sógnicos e detalhando os processos abduativos de Guilherme de Baskerville. Por fim, serão apresentadas as considerações finais, que retomarão os principais achados da pesquisa e suas implicações para a compreensão da obra e do legado de Eco, além de propor novas linhas de investigação.

Fundamentação Teórica: Os Pilares da Semiótica Ecoana

Esta seção se dedica a delinear os fundamentos teóricos da semiótica de Umberto Eco, os quais servem de arcabouço conceitual para a análise de “O Nome da Rosa”. Será dada ênfase aos conceitos de signo, enciclopédia, limites da interpretação e, principalmente, à inferência abducional, que se revelam cruciais para a compreensão da estrutura e do desenvolvimento da narrativa ecoana. A semiótica de Eco, muitas vezes referida como “semiótica interpretativa”, difere de abordagens mais estruturalistas ou linguísticas por seu foco na dinâmica do processo de interpretação e na atividade do leitor.

A Semiótica de Umberto Eco: Um Campo de Interpretação e Negociação de Sentidos

Umberto Eco (1932-2016) não concebia a semiótica meramente como a “ciência dos signos”, uma disciplina estática que se limita à classificação de elementos. Para ele, a semiótica era uma disciplina abrangente que investiga os complexos processos de produção, interpretação e circulação de significados em diversas esferas culturais e comunicativas. Sua visão expandia o campo semiótico para muito além da linguagem verbal, englobando tudo aquilo que pode funcionar como um signo, ou seja, algo que “está em lugar de outra coisa” e que, por conseguinte, demanda um ato interpretativo por parte do receptor. Em seu seminal Tratado Geral de Semiótica, Eco (1976) enfatiza que a semiótica se configura como uma disciplina dedicada ao estudo de todos os fenômenos culturais

como fenômenos de comunicação (Eco, 1976, p. 11). Essa perspectiva ressalta que a cultura, em sua totalidade, pode ser lida e interpretada como um sistema de signos, onde cada objeto, gesto, rito ou narrativa carrega consigo um potencial de significação a ser decifrado.

A vasta obra teórica de Eco (1976; 1979; 1990; 1992) desdobra-se na exploração da natureza da referência e da significação, bem como nos mecanismos pelos quais a comunicação e a interpretação se processam em contextos culturais específicos. Para Eco, a significação não é um processo unilateral de emissor para receptor, mas uma constante negociação de sentidos que ocorre na interação entre o signo, o intérprete e o contexto. Isso implica que a semiótica ecoana se preocupa menos com a estrutura abstrata da linguagem e mais com a pragmática da comunicação, ou seja, com o uso efetivo dos signos e seus efeitos na interpretação. Essa abordagem multifacetada permite compreender como a semiótica ecoana se insere no estudo dos sistemas de significação, revelando as intrincadas relações entre texto, leitor e contexto, e posicionando-a como uma semiótica eminentemente interpretativa.

O SIGNO E A “ENCICLOPÉDIA”: BASES DINÂMICAS DA INTERPRETAÇÃO

Para Eco, o signo não é uma entidade transparente ou com sentido fixo, um mero substituto de algo no mundo. Longe de ser um conceito estático, o signo é uma construção cultural que se efetiva através de uma complexa teia de relações, exigindo a participação ativa e criativa de um intérprete para a atribuição de sentido. Seja uma palavra em um pergaminho, um gesto obscuro, um objeto misterioso, um vestígio deixado na neve, ou mesmo o silêncio eloquente de um monge, todo signo remete a algo ausente, evocando uma intrincada rede de interpretações. Eco (1979) afirma que um signo é definido como qualquer coisa que, a partir de uma convenção social previamente aceita, representa algo para alguém (Eco, 1979, p. 25). Essa “convenção social” é crucial, pois desloca o sentido do signo de uma essência intrínseca para um acordo cultural e histórico, que é sempre passível de renegociação. A interpretação de um signo, portanto, não se baseia em um código binário rígido ou em uma correspondência unívoca, mas em um processo dinâmico de inferência e contextualização.

Fundamental para essa compreensão dinâmica do signo é o conceito de “enciclopédia”. Eco argumenta que a capacidade de interpretar um signo está intrinsecamente ligada a um vasto e dinâmico corpo de conhecimento e experiências prévias que o intérprete possui. Essa “enciclopédia” não é um dicionário estático, limitado a definições lexicais, mas, conforme Eco (1979) descreve, o conjunto de todo o saber registrado e atualizado por uma cultura particular, uma espécie de memória cultural coletiva (Eco, 1979, p. 119). Ela engloba não apenas saberes formais, mas também crenças, valores, ideologias, memórias compartilhadas, modelos de mundo e até mesmo o conhecimento de “scripts” e “frames” que orientam nossas

expectativas em situações comunicativas. A enciclopédia é, portanto, o repertório cognitivo que permite ao receptor atribuir significados, preencher lacunas, formular hipóteses sobre o que o signo representa e, conseqüentemente, decodificar a mensagem. No contexto da ficção, a enciclopédia do leitor (e, dentro da diegese, a dos personagens) é o repertório que ativa os processos interpretativos, conferindo sentido às pistas e aos indícios presentes na narrativa. A profundidade e a abrangência da enciclopédia de um indivíduo determinam diretamente sua capacidade de interpretar e de se orientar no universo signico.

OS LIMITES DA INTERPRETAÇÃO: ENTRE A ABERTURA E A SUPERINTERPRETAÇÃO COMO DESAFIOS SEMIÓTICOS

Apesar de reconhecer a inerente polissemia do signo e a atividade interpretativa do leitor como algo fundamental para a significação, Umberto Eco (1990; 1992) também estabeleceu a crucial necessidade de limites da interpretação. Ele se opôs veementemente à noção de que um texto poderia significar “qualquer coisa” à revelia de suas estruturas intrínsecas, uma ideia que ganhou força em certas vertentes do pós-estruturalismo. Para Eco (1992), um texto não deve ser concebido como um receptáculo passivo onde se pode depositar qualquer sentido desejado, ou uma tela em branco para projeções arbitrárias do leitor (Eco, 1992, p. 58). O autor defendia a existência de uma “intenção do texto” (*intentio operis*), que não se refere à vontade consciente do autor empírico (*a intentio auctoris*), mas sim às possibilidades de sentido que a própria obra oferece e autoriza com base em suas convenções, coerências internas, estrutura e as regras de um gênero textual.

A interpretação, portanto, não é um ato arbitrário, mas um processo de negociação entre a abertura do signo (sua potencial polissemia) e as restrições impostas pela sua materialidade textual, pelo sistema signico em que está inserido e pelo gênero discursivo. O objetivo do intérprete é buscar a interpretação mais provável, mais coerente ou “mais econômica” diante de um conjunto de dados e em conformidade com as regras do jogo textual, evitando a “superinterpretação”. Segundo Eco (1992), a superinterpretação ocorre quando um leitor atribui ao texto significados que não podem ser sustentados pelas evidências textuais, pela estrutura interna da obra ou pelo contexto cultural em que foi produzida e/ou lida (Eco, 1992, p. 64). Essa superinterpretação, muitas vezes movida por preconceções ou pela busca por um sentido oculto onde ele não existe, leva a interpretações forçadas e, em última instância, à perda de sentido ou à distorção da mensagem. Este princípio é particularmente relevante em narrativas de mistério como “O Nome da Rosa”, onde a verdade (a intenção do texto dos crimes) precisa ser discernida entre múltiplas leituras possíveis dos signos, e onde a fronteira entre a interpretação legítima e a superinterpretação se torna um campo de batalha intelectual e até mesmo existencial para os personagens.

A ABDUÇÃO: O RACIOCÍNIO DOS DETETIVES, SEMIOTISTAS E A GÊNESE DO CONHECIMENTO

Dentre as diversas modalidades de inferência lógica, a abdução assume um papel preponderante na semiótica de Umberto Eco e, notavelmente, na construção da trama de “O Nome da Rosa”. Originalmente cunhada pelo filósofo e lógico Charles Sanders Peirce, a abdução é um tipo de raciocínio que parte de um resultado, um fato surpreendente ou uma observação intrigante, para formular uma hipótese que possa explicá-lo, tornando-o compreensível. Conforme Eco (1983) explora em *Semiótica e Filosofia da Linguagem*, a abdução é caracterizada como a inferência de um caso para uma regra, e de uma regra para um resultado, sendo a única forma de raciocínio que introduz alguma ideia nova (Eco, 1983, p. 116).

Para ilustrar a distinção, consideremos as três formas de inferência:

- **Dedução:** Parte de uma regra geral e um caso específico para chegar a um resultado necessariamente verdadeiro (Ex: Regra: Todas as rosas vermelhas murcham. Caso: Esta é uma rosa vermelha. Resultado: Esta rosa murchará).
- **Indução:** Parte de casos específicos para inferir uma regra geral que é provável, mas não necessária (Ex: Caso: Esta rosa vermelha murchou. Caso: Aquela rosa vermelha murchou. Regra: Todas as rosas vermelhas murcham).
- **Abdução:** Parte de um resultado surpreendente para formular uma hipótese que, se verdadeira, explicaria o resultado (Ex: Resultado: Esta rosa está murcha. Hipótese (abdução): Talvez ela não tenha sido regada. Ou: Talvez esteja doente.).

Diferente da dedução (que vai de uma regra geral para um caso específico e tem conclusão necessária) e da indução (que infere uma regra geral a partir de casos específicos e tem conclusão provável), a abdução opera na formulação de uma nova ideia, uma conjectura que, se verdadeira, tornaria o resultado observável compreensível. Para Eco, a abdução não é apenas uma inferência lógica, mas a inferência mais econômica, criativa e fundamental para o pensamento científico, a descoberta de novos conhecimentos e, crucialmente, a investigação policial e a interpretação de signos. Ela é o motor que impulsiona a descoberta de “regras” ou “leis” que não eram previamente conhecidas. No contexto narrativo de “O Nome da Rosa”, ela se manifesta na extraordinária capacidade do frade franciscano Guilherme de Baskerville de “ler” os vestígios (signos) e, a partir deles, construir cenários e explicações plausíveis para os acontecimentos aparentemente desconexos, tecendo a rede de sentido que move o mistério. A abdução é o motor intelectual que permite a Guilherme navegar pelos “labirintos do signo” em busca de uma verdade que, no entanto, nunca é totalmente revelada em sua plenitude, evidenciando a complexidade da interpretação semiótica e a contingência do conhecimento. A capacidade de formular abduções eficientes está diretamente ligada à riqueza da enciclopédia do intérprete, que lhe fornece o repertório de regras e casos para construir suas hipóteses.

DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

Análise da Obra: Semiótica e Abdução em ‘O Nome da Rosa’

Esta seção se propõe a analisar como os conceitos da semiótica de Umberto Eco, discutidos na fundamentação teórica, se materializam e operam na construção narrativa de “O Nome da Rosa”. Abordaremos a abadia e, em especial, sua biblioteca, como um complexo sistema sógnico, exploraremos a aplicação da abdução pelo protagonista Guilherme de Baskerville e discutiremos como a busca pela verdade no romance se confronta com os limites e desafios da interpretação dos signos.

A ABADIA E A BIBLIOTECA COMO LABIRINTOS DO SIGNO: SISTEMAS SEMIÓTICOS EM AÇÃO

A abadia beneditina onde se desenrola a trama de “O Nome da Rosa” não é apenas um cenário, mas um sistema sógnico autônomo, repleto de signos a serem interpretados. Desde a chegada de Guilherme de Baskerville e seu noviço Adso de Melk, o leitor é imerso em um universo onde cada elemento – a arquitetura gótica, os rituais monásticos, a hierarquia eclesiástica, os gestos silenciosos dos monges, os murmúrios de corredores – funciona como um signo.

A própria vida conventual é codificada, e sua interpretação demanda uma “enciclopédia” específica dos seus habitantes. O silêncio imposto, por exemplo, não é ausência de comunicação, mas um signo que veicula poder, obediência e, por vezes, segredos. Os trajes, as cores, os objetos litúrgicos – todos são signos que transmitem informações sobre status, função e crenças. A rigidez dos rituais, com suas sequências previsíveis e seus gestos repetitivos, estabelece um código, uma gramática própria daquele microcosmo.

No entanto, o coração sógnico da abadia, o seu labirinto semiológico por excelência, é a biblioteca. Ela transcende a mera função de depósito de livros; é um universo em si, uma manifestação material do saber e do poder. Eco a descreve não apenas como um labirinto físico – com suas passagens secretas, espelhos e armadilhas – mas como um verdadeiro labirinto de signos. Os livros, em sua multiplicidade, são os signos primários desse sistema. A organização da biblioteca, ou a sua aparente desorganização para o não-iniciado, impõe um código de acesso ao conhecimento. A proibição de certos livros, o isolamento de volumes perigosos, as regras de manuseio – tudo isso são signos que informam sobre a natureza do conhecimento, seus perigos e o poder de quem o detém. A biblioteca, nesse sentido, é um modelo de mundo que representa a “enciclopédia” da Idade Média, mas também suas lacunas, suas contradições e suas zonas de sombra. A disposição dos livros, as categorias de conhecimento, e até mesmo a linguagem em que estão escritos (latim, grego, árabe) são signos que remetem a um sistema complexo de valores e ideologias.

A busca pelos livros na biblioteca torna-se uma jornada de decifração de signos. As pistas deixadas, os nomes das salas, as referências geográficas – tudo é uma forma de linguagem. A dificuldade de acesso à biblioteca reflete a dificuldade de acesso ao conhecimento, tornando-se uma alegoria da própria natureza da interpretação. Aqueles que não possuem a “chave” – a enciclopédia necessária para entender o mapa, a língua, o contexto dos títulos – estão irremediavelmente perdidos no labirinto. Essa representação da biblioteca ecoa a própria concepção ecoana de que a interpretação não é uma tarefa fácil, exigindo um profundo conhecimento prévio (a enciclopédia) para navegar pelas complexidades do universo sígnico. Os segredos da biblioteca não são apenas guardados por chaves físicas, mas por códigos semióticos que poucos conseguem decifrar. O livro proibido, o cerne do mistério, é o signo supremo, cujo conteúdo se revela tão perigoso quanto sua ausência, desencadeando uma série de mortes na abadia.

GUILHERME DE BASKERVILLE: O MESTRE DA ABDUÇÃO E A LEITURA DE VESTÍGIOS

O personagem de Guilherme de Baskerville é a personificação da abdução em ação. Seu raciocínio é o fio condutor da trama policial, e cada um de seus passos na investigação é um exercício de inferência abdutiva. Diferente do raciocínio dedutivo de Sherlock Holmes (modelo para a criação de Guilherme), que parte de regras gerais para casos específicos, Guilherme frequentemente se depara com um “resultado surpreendente” e, a partir dele, formula a hipótese mais provável para explicá-lo. Sua “enciclopédia” vasta e sua mente inquisitiva o tornam um semioticista nato, capaz de ler signos onde outros veem apenas caos.

Um dos exemplos mais icônicos da aplicação da abdução por Guilherme ocorre logo no início do romance, quando ele deduz a presença e as características do cavalo desaparecido, Bruno, apenas a partir de vestígios. Adso se espanta com a descrição precisa do cavalo: “um cavalo preto, com o rabo pendendo à esquerda, com menos de um metro e cinquenta de altura e com um chifre na testa”.

- Vamos analisar o processo abduutivo de Guilherme neste caso:

- Resultado Surpreendente: O cavalo sumiu e ninguém o encontrou, mas Guilherme, sem ter visto o animal, consegue descrevê-lo com precisão.
- Vestígios (Signos Observados):
- Pegadas na neve: O tipo de pegada indica um cavalo. A altura do galho de um arbusto quebrado sugere a altura do animal.
- Galhos quebrados e folhas pisadas: Indicam que o animal parou para comer, talvez pela altura que ele alcançava.
- Vestígios de fezes e urina: A consistência e a temperatura indicam a recente passagem do animal.
- Um cheiro peculiar: Que ele associa à presença de um animal de cor preta (conhecimento da “enciclopédia” de Guilherme).

- O fato de o cavalo não ter sido encontrado: O que sugere que ele tomou um caminho pouco comum.

Regras Implícitas da Enciclopédia de Guilherme:

- Cavalos gordos tendem a ter caudas que pendem para um lado devido ao peso.
- Cavalos, quando param, comem o que está ao seu alcance.
- O cheiro de fezes de cavalo preto é distintivo.
- A altura das pegadas e o espaçamento sugerem a altura do animal.
- A urgência e o grito do abade sugerem um cavalo valioso, que provavelmente é o melhor do estábulo, o qual Guilherme sabe que possui um “chifre” (uma cicatriz no meio da testa que o faz parecer um unicórnio).

- Hipótese Abduzida (Conclusão): O cavalo Bruno, preto, de determinada altura, com rabo pendendo e a peculiaridade na testa, fugiu e foi encontrado pelos moradores locais que já o aguardavam.

A genialidade de Guilherme reside em sua capacidade de conectar esses “vestígios” aparentemente desconexos, utilizando sua vasta enciclopédia (conhecimento sobre cavalos, hábitos de animais, costumes locais, etc.) para formular uma hipótese que, se verdadeira, explicaria todos os dados observados. Ele não deduziu o cavalo, mas abduziu sua existência e características a partir de um conjunto de signos. O processo não é de certeza lógica, mas de probabilidade e economia inferencial.

Ao longo da investigação dos assassinatos, Guilherme repete esse padrão. Ele coleta vestígios – um dedo escurecido, um cheiro de amêndoas amargas, a posição de um corpo, uma citação incomum – e os relaciona com suas “regras” enciclopédicas para formular hipóteses sobre o assassino e seus motivos. Cada nova morte, cada nova pista, exige um novo exercício abduzitivo, muitas vezes resultando em hipóteses que são descartadas ou refinadas à medida que novos signos surgem. A própria estrutura da narrativa policial é um convite à abdução para o leitor, que tenta, junto com Guilherme, desvendar o mistério.

OS LIMITES DA INTERPRETAÇÃO E A BUSCA AMBÍGUA PELA VERDADE

“O Nome da Rosa” é, em sua essência, uma meditação sobre os limites da interpretação. Embora a abdução de Guilherme seja uma ferramenta poderosa para a busca da verdade, Eco demonstra que a verdade plena e inquestionável é sempre elusiva, e que a interpretação está sujeita a distorções. A abadia medieval é um microcosmo onde diferentes “enciclopédias” colidem, resultando em múltiplas interpretações dos mesmos signos, muitas vezes contraditórias.

Um exemplo claro disso é a figura de Jorge de Burgos. Ele representa a superinterpretação em sua forma mais dogmática e perigosa. Jorge não busca

o sentido intrínseco dos textos ou dos eventos; ele impõe um sentido, lendo os signos através do prisma de sua própria ideologia e de sua convicção absoluta de uma verdade preexistente. Para ele, os assassinatos são sinais apocalípticos, manifestações da vontade divina, e não a consequência de atos humanos e falhos. Sua “enciclopédia” é tão fechada e totalitária que impede qualquer interpretação que não reforce suas crenças. Ele não busca a verdade, mas confirma a “sua” verdade, manipulando os signos para que se ajustem à sua narrativa predeterminada. A ocultação do livro sobre o riso (o segundo livro da Poética de Aristóteles) é o ato supremo de Jorge para evitar uma interpretação que subverteria sua visão de mundo, demonstrando a violência que pode advir da superinterpretação.

Em contraste, o inquisidor Bernardo Gui também pratica uma forma de superinterpretação, embora com motivações diferentes. Gui não se importa com a verdade dos fatos, mas com a validação de suas acusações e a manutenção da ordem eclesíastica. Ele distorce os signos (testemunhos, evidências) para que se encaixem em sua narrativa de heresia, utilizando um raciocínio dedutivo falho, que parte de premissas dogmáticas para chegar a conclusões pré-definidas. Ele vê hereges em cada canto porque essa é a única “regra” em sua enciclopédia inquisitorial, e os signos são apenas pretextos para a aplicação dessa regra.

Guilherme, por sua vez, embora um mestre da abdução, também se confronta com a falibilidade da interpretação e a ambiguidade da verdade. No final do romance, ele percebe que, embora suas abduções tenham sido eficazes para desvendar muitos mistérios e para entender o “como” dos crimes, ele nunca chega a uma verdade absoluta e única que explicasse tudo. A solução final, o incêndio da biblioteca, é um evento caótico que destrói não apenas livros, mas a própria rede de signos e de conhecimento que ele tentava decifrar. A revelação de que o motivo dos assassinatos está ligado ao livro proibido sobre o riso, e não a um grande plano apocalíptico, demonstra a contingência da verdade e o fato de que, por vezes, os eventos mais complexos são resultado de motivações mundanas e particulares. A risada, como signo, é perigosa porque desafia a ordem e a seriedade do dogma, e a supressão do riso é um ato extremo de controle sobre a interpretação.

A obra, portanto, sublinha a tese ecoana de que a interpretação, embora aberta e criativa (como na abdução de Guilherme), não é ilimitada. Ela é balizada pela “intenção do texto” (*intentio operis*), pelas estruturas da obra e pela coerência interna dos signos. Contudo, Eco também nos mostra que essa “intenção do texto” pode ser obscurecida, manipulada ou mesmo irremediavelmente perdida, como acontece com a destruição da biblioteca. A verdade não é algo a ser “descoberto” como uma entidade monolítica, mas sim um processo contínuo de construção e reconstrução de hipóteses, sempre provisório e sujeito a revisões. A própria abdução de Guilherme, apesar de sua genialidade, é uma prova dessa contingência: suas hipóteses são as mais econômicas e prováveis, mas não necessariamente a única verdade possível, e por vezes, a realidade se revela mais prosaica e aleatória do que as construções mentais mais elaboradas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo, buscou-se analisar a intrínseca relação entre a semiótica de Umberto Eco e a construção narrativa de ‘O Nome da Rosa’, com especial foco no papel da abdução como ferramenta interpretativa central. O objetivo principal foi demonstrar como a obra não apenas reflete, mas também exemplifica os conceitos semióticos desenvolvidos pelo autor, transformando a própria trama em um complexo sistema de signos a ser decifrado e convidando o leitor a participar ativamente desse processo de significação.

A análise empreendida revelou que ‘O Nome da Rosa’ é, de fato, um “labirinto do signo”, no qual cada elemento – desde a arquitetura da abadia e seus rituais, até o manuscrito proibido e as pistas deixadas pelos assassinatos – funciona como um signo passível de múltiplas e muitas vezes conflitantes interpretações. Evidenciou-se que a abadia e, em particular, a biblioteca, representam um universo sógnico complexo, onde a “enciclopédia” dos personagens molda suas percepções, limitações interpretativas e, por vezes, os leva a distorções perigosas. O protagonista, Guilherme de Baskerville, emerge como um exímio praticante da inferência abducional, utilizando-a para conectar vestígios aparentemente desconexos e formular hipóteses que, embora nem sempre corretas em sua totalidade ou completude, impulsionam a investigação e desvelam camadas de significado na trama. A obra, assim, sublinha a tese ecoana de que a interpretação, embora aberta e criativa, não é ilimitada, sendo balizada pela “intenção do texto” e pela coerência interna dos signos, mas também sujeita a falhas humanas e a superinterpretações ideológicas, como exemplificado pelas figuras de Jorge de Burgos e Bernardo Gui.

Este estudo reforça a relevância de Umberto Eco não apenas como um romancista brilhante e um contador de histórias envolvente, mas como um pensador profundo que soube transpor suas intrincadas teorias semióticas para a ficção de maneira magistral. ‘O Nome da Rosa’ funciona como um microcosmo da teoria semiótica, ilustrando de forma vívida a natureza da interpretação, os desafios inerentes à busca pela verdade em meio à ambiguidade dos signos, a vitalidade do raciocínio abduutivo na formulação de conhecimento e, crucialmente, as consequências da falha na interpretação ou da imposição de sentidos arbitrários. A obra se consolida, portanto, como um convite perene e cativante à reflexão sobre a capacidade humana de dar sentido ao mundo, mesmo quando a realidade se apresenta como um emaranhado complexo e por vezes caótico de sinais.

Para além das análises aqui propostas, pesquisas futuras poderiam aprofundar-se em diversas vertentes. Sugere-se investigar a intertextualidade de ‘O Nome da Rosa’ sob a ótica semiótica, explorando como a obra dialoga explicitamente e implicitamente com outros textos medievais, filosóficos e literários para construir seus significados e camadas de interpretação, e como esses diálogos são lidos pela “enciclopédia” do leitor contemporâneo.

Adicionalmente, seria valioso investigar a dimensão estética da semiótica na obra, analisando como Eco utiliza a linguagem, a descrição, a ironia e a estrutura narrativa (como a figura do narrador Adso e sua memória imperfeita) para criar

uma experiência interpretativa única para o leitor, e como esses elementos em si funcionam como signos a serem decifrados. Uma análise comparativa do processo abduutivo em “O Nome da Rosa” com outras obras do gênero detetivesco, à luz da semiótica de Eco, também poderia render frutos significativos, evidenciando as particularidades da abordagem ecoana. Essas abordagens poderiam enriquecer ainda mais a compreensão da complexidade, da profundidade e da genialidade de Umberto Eco como semioticista e narrador, reafirmando seu lugar proeminente no cânone intelectual e literário.

REFERÊNCIAS

ECO, Umberto. **Tratado Geral de Semiótica**. Tradução de Alexandre Gontijo. São Paulo: Cultrix, 1976. ECO, Umberto. **A Estrutura Ausente**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

ECO, Umberto. **Os Limites da Interpretação**. São Paulo: Perspectiva, 1990.

ECO, Umberto. **Interpretação e Superinterpretação**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

ECO, Umberto. **Semiótica e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Ática, 1983.

ECO, Umberto. **O Nome da Rosa**. Tradução de Aurora Fornoni Bernardini e Homero Silveira. Rio de Janeiro: Record, 1980.

ECO, Umberto. **Seis Passeios pelos Bosques da Ficção**. Tradução de Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

ECO, Umberto. **O Pêndulo de Foucault**. Rio de Janeiro: Record, 1988.

ECO, Umberto. **Dez formas de pensar o riso**. São Paulo: Unesp, 2012.